

## *Informalidade e Ocupação Não-Registrada na RMS*

Thaiz Silveira Braga\*



Cláudia Monteiro Fernandes\*\*

O conceito de mercado de trabalho informal é bastante controverso na literatura, havendo uma variedade muito grande de estudos para caracterizar o papel deste mercado na economia capitalista. Por ser uma forma de reprodução da força de trabalho com características específicas que diferem do modelo capitalista de organização do trabalho, não existe consenso em torno dos conceitos utilizados. Alguns autores acreditam que o trabalho informal e precário são típicos das economias capitalistas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Outros consideram-nos uma alternativa de sobrevivência importante num sistema altamente excludente, presente mesmo nas economias mais desenvolvidas.

O termo "economia informal" indica dois fenômenos distintos na literatura especializada. O primeiro refere-se à estrutura produtiva organizada em pequena produção. Tal qual definido por CACCIAMALI (1989), o setor informal é representado pelo produtor direto que, de posse dos instrumentos de trabalho e com ajuda de mão-de-obra familiar e/ou alguns ajudantes, produz bens ou serviços. O segundo fenômeno refere-se àquela parcela da economia que opera total ou parcialmente na ilegalidade, à margem do marco regulador do Estado. A ilegalidade constitui a principal característica deste segmento, agrupando as atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas ou de outro tipo.

O contexto teórico em que esses dois conceitos foram construídos, as causas que originaram os dois fenômenos, os determinantes da sua expansão, as políticas econômicas propostas e as formas de

mensuração são tão distintas, que se propõem duas denominações também distintas:

- setor informal - representa o segmento da estrutura produtiva organizada sob forma de pequena produção;
- economia submersa, subterrânea ou invisível - caracteriza as atividades que operam total ou parcialmente na ilegalidade.

Uma comparação entre mercado formal e informal de trabalho é o ponto de partida deste estudo, de forma a delimitar os conceitos que serão tratados. As definições elaboradas por FAGUNDES (1991) de Trabalho Formal e Informal e Ocupação Registrada e Não-Registrada tornam mais simples a comparação dos dados empíricos entre os dois períodos trabalhados.<sup>1</sup> Assim, temos o seguinte conjunto de conceitos:

- a) *Trabalho Informal*: é composto por trabalhadores por conta-própria, empregados remunerados exclusivamente por produção, empregados remunerados exclusivamente por espécie e benefícios, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem-remuneração.
- b) *Trabalho Formal*: é constituído dos demais trabalhadores ocupados que não estão na categoria anterior.
- c) *Ocupação Não-Registrada*: é composta pelos empregados sem carteira de trabalho assinada, empregadores, trabalhadores por conta-própria e trabalhadores familiares sem remuneração não-contribuintes da previdência social;

Utilizaremos estes conceitos como referência para toda a análise, mantendo os critérios utilizados para melhor avaliar a mudança da estrutura da informalização e precarização da ocupação na RMS nos períodos analisados.

### **A Estrutura do Mercado de Trabalho Regional no final do anos 90**

A comparação dos dados empíricos coletados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego<sup>2</sup> na Região Metropolitana de Salvador, por FAGUNDES (1991), no

período de 1987/89, com os de outubro 1996 e março 1999 dá sinais de agravamento do nível de qualidade das relações no mercado de trabalho da região. A análise destes dois momentos indica um mercado de trabalho ainda mais precarizado no final dos anos noventa.

Na RMS, a ampla incorporação da mão-de-obra pelo setor de Prestação de Serviços (67,3% da ocupação)<sup>3</sup> e a relevância da ocupação dos trabalhadores autônomos (23,7%) são indicadores da precariedade do emprego na região. Nos Serviços, com exceção de alguns ramos específicos, ainda prevalecem relações de trabalho marcadamente informais, o que é ratificado pelas altas taxas de informalização encontradas para o setor, como veremos adiante - o Comércio absorve 16,9% da mão-de-obra e a Construção Civil 5,4%.

A distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica deixa clara a deterioração do emprego na região, dada a concentração da ocupação em segmentos onde predominam relações de trabalho precárias e o exercício de atividades que se enquadram no espaço diversificado da chamada informalidade.

A Tabela 1 delinea um quadro da distribuição dos ocupados por forma de participação no mercado de trabalho. Entre os ocupados que se declaram empregadores, o número de microempresários, proprietários de um negócio ou de uma empresa onde empregam até 49 trabalhadores,<sup>4</sup> cresceu de 1,5% para 4,0%. O número total de empregadores sobe de 2,3%, no final da década de oitenta, para 4,2%. Este movimento, assim como o aumento do número de donos de negócios familiares, indica um crescimento no número de pequenos negócios.

A participação dos empregados domésticos cresceu, o que será confirmado e detalhado em tabelas pos-

**Tabela 1**  
**Distribuição dos Ocupados por Forma de Participação**  
**RMS, 1987 - 89 / Out. 96 - Mar. 99**

Formas de Participação	Períodos	
	1987/1989	Out-1996/ Mar-1999
(Em %)		
Empregadores		
Microempresários	1,5	4,0
Pequenos proprietários	0,7	N.S.(1)
Médios/Grandes prop.	0,1	N.S
Subtotal	2,3	4,2
Empregados		
Assal. S/Comissão	55,0	54,2
Assal. C/Comissão	3,0	2,9
Rem. Espécie / Benefício	0,1	N.S.
Rem. por Produção	2,1	1,4
Empregados Domésticos	9,1	10,4
Outros (2)	0,2	0,2
Subtotal	69,5	69,3
Trabalhadores por Conta Própria		
Donos de Negócio familiar	0,7	1,1
Trab. Autônomos	24,5	22,7
Profis. Universitário Aut.	0,2	0,7
Subtotal	25,4	24,5
Trab. familiares sem remuneração	2,8	2,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PED - RMS 1987-1989: COINT-SETRAB/SUDENE/DIEESE/SEADE/UFBA/SINE-BA In FAGUNDES, 1992. PED 1996-1999: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) N.S.: Não significativo.

(2) Domésticos que ganham em espécie/benefícios e Serviço Militar Assistencial ou Religioso com alguma remuneração.

teriores. O grupo de trabalhadores por conta-própria, como um todo, manteve um saldo de participação estável, com um aumento de donos de negócios familiares. A pequena queda na participação dos trabalhadores por conta-própria é determinada principalmente pela redução do número dos autônomos, principal categoria do grupo. A queda do número de trabalhadores autônomos, trabalhadores remunerados exclusivamente por produção e trabalhadores familiares sem-remuneração é o principal determinante

do recuo da taxa de informalização, analisada mais à frente na Tabela 3. Estas duas últimas relações de trabalho afastam-se das relações características do mercado de trabalho capitalista, evidenciando a crescente urbanização da região.

Com relação à condição legal do emprego, percebem-se transformações significativas. Na Tabela 2, observamos que o número de funcionários públicos estatutários cresceu significativamente, talvez devido à generalização da categoria estatutária ao longo da década e não necessariamente a novas contratações. No entanto, pode-se afirmar que o estado tem papel fundamental na absorção da mão-de-obra da RMS.

O total de empregados com carteira assinada caiu de 69,1% para 56,2%, apesar do crescimento de empregados domésticos com carteira assinada. O percentual de empregados sem carteira assinada cresce principalmente entre os assalariados que não são domésticos, o que pode indicar uma melhoria

*Entre os ocupados que se declaram empregadores, o número de microempresários, proprietários de uma empresa onde empregam até 49 trabalhadores, cresceu de 1,5% para 4,0%.*

da inserção dos empregados domésticos no mercado. No total, os empregados sem carteira assinada tiveram um aumento significativo em seu número, melhor observado na análise da taxa de ocupação não-registrada a seguir.

A Tabela 3 traz detalhadamente as Taxas de Informalização e de Ocupação não-Registrada.<sup>5</sup> A distribuição por faixas etárias coincide, em proporção geral, com a distribuição da população como um todo. No entanto, algumas características podem ser levantadas. As taxas de informalização reduziram-se para os jovens até 17 anos e para os mais velhos, acima de 40 anos, concentrando um crescimento na faixa entre 18 e 39

anos, e configurando a inserção precária dos indivíduos em plena fase produtiva.

No quadro da *Informalização* da ocupação considerou-se os trabalhadores organizados na forma de pequena produção (trabalhadores por conta-própria) ou alocados em atividades não tipicamente capitalista (empregados remunerados por produção ou

**Tabela 2**  
**Condição Legal do Emprego por Categoria de Empregado**  
**RMS, 1987 - 89 / Out. 96 - Mar. 99**

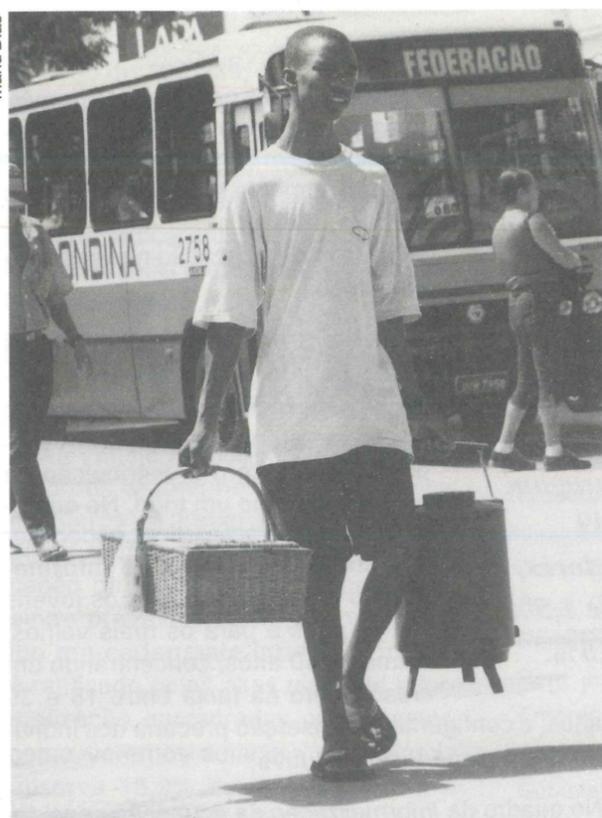
Categorias de Empregados	Funcion. Pub. Estatut.		Empreg. c/ Carteira Assin.		Empreg. s/ Carteira Assin.	
	1987/1989	Out-1996/ Mar-1999	1987/1989	Out-1996/ Mar-1999	1987/1989	Out-1996/ Mar-1999
	Assalariados S/Comissão	5,8	15,5	78,2	61,2	16,0
Assalariados C/Comissão	1,9	N.S.(1)	81,3	73,7	16,8	23,2
Empregado Doméstico	-	-	13,0	27,2	87,0	72,8
Outros empregados (2)	3,5	N.S.	2,5	N.S.	94,0	N.S.
<b>Total</b>	<b>4,8</b>	<b>12,5</b>	<b>69,1</b>	<b>56,2</b>	<b>26,1</b>	<b>31,3</b>

Fontes: PED 1987-1989: COINT-SETRAB/SUDENE/DIEESE/SEADE/UFBA/SINE-BA In FAGUNDES, 1992.

PED 1996-1999: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) N.S.: Não significativo.

(2) Recebe em espécie/benefício, Serviço militar, assistencial ou religioso ou ganha por produção.



espécie benefício, trabalhadores familiares sem-remuneração, além dos empregados domésticos), estes representam 36,9% da inserção dos ocupados na RMS. Nos totais, as taxas de informalização reduziram-se; no entanto a análise por gênero nos mostra que os percentuais se mantiveram estáveis para os homens e reduziram-se para as mulheres, o que confirma a maior participação feminina no mercado de trabalho formal ao lado dos homens que já estavam estabelecidos. Com taxa de informalização mais alta que a dos homens, a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá, no entanto, de forma mais precária que a dos homens, devido a sua maior presença entre os trabalhadores por conta-própria e entre os serviços pessoais. A taxa de informalização cresce mais entre os homens, na faixa etária em que a pressão sobre o mercado de trabalho é maior, 18 e 39 anos. Entre as mulheres, a ocupação no mercado de trabalho informal cai para todos os grupos etários analisados. Os

***O total de empregados com carteira assinada caiu de 69,1% para 56,2%, apesar do crescimento de empregados domésticos com carteira assinada.***

dados da PED confirmam que as mulheres deixam de exercer apenas atividades secundárias no mercado de trabalho informal, enquanto os homens perdem em ritmo mais intenso suas colocações mais formais.

Um quadro mais preocupante é observado a partir do movimento da *Taxa de Ocupação Não-Registrada*. As taxas são crescentes tanto nos totais, quanto na maioria das faixas etárias, evidenciando a baixa qualidade do emprego formal gerado na RMS. É entre os homens que a deterioração dos postos de trabalho é mais acentuada. Entre as mulheres, a ocupação à margem da regulação do estado cresce apenas para o grupo etário de 18 a 24 anos, caindo para o total da população feminina. A análise da ocupação não-registrada confirma a evolução da precarização dos vínculos empregatícios e a perda crescente do acesso ao direitos sociais e trabalhistas no final da década de 90. A ocupação não-registrada corresponde a 44,3% do total da população ocupada da RMS.

Enfocando a Taxa de Informalização dos ocupados<sup>6</sup> por setores de atividade econômica (Tabela 4), verificamos que a informalização cresce na Indústria de Transformação e mantém-se estável na Construção Civil. Apesar da queda da informalidade para a maioria dos setores, os dados mostram a precariedade da inserção nos diversos segmentos econômicos, com destaque para Construção Civil.

O crescimento da ocupação não-registrada é ainda mais significativo nos diversos segmentos da atividade econômica, reduzindo-se apenas nos Serviços Domésticos, como apresentado anteriormente. Observa-se um movimento contrário entre as taxas de ocupação não-registrada do setor de Serviços Domésticos e os demais setores, o que pode indicar uma melhoria de qualidade da ocupação no segmento. A ocupação não-registrada é crescente para todos os setores com destaque para a indústria na RMS, cuja análise segundo a condição legal de inserção nos mostra que esta taxa mais que dobra nos últimos dez anos,

resultado de um processo de terceirização e transformações crescentes na organização da produção industrial. Apesar dessa constatação, é possível que, com a redução da ocupação não-registrada entre os ocupados em serviços domésticos, tenha havido uma transferência para outros setores menos precarizados, levando a uma pequena melhoria nas condições de trabalho no grupo dos ocupados sem registro.

A análise das taxas de ocupação não-registrada torna-se, portanto, muito importante para a caracterização do mercado de trabalho da RMS. A ocupação não-registrada não é necessariamente representada por atividades irregulares ou de baixa qualidade, mas em geral deixa de dar acesso a direitos adquiridos pelos trabalhadores, tanto individual como coletivamente. Configura-se como o maior proble-

**Tabela 3**

**Taxas de Informalização e de Ocupação não Registrada por Faixa Etária e por Gênero RMS, 1987 - 89 / Out. 96 - Mar. 99**

Gênero / Faixa Etária	Taxa de Informalidade <sup>5</sup>				Taxa de Ocupação Não Registrada			
	I		II		I		II	
	1987 / 1989	Out-1996 / Ago-1997	1987 / 1989	Out-1996 / Mar-1999	1987 / 1989	Out-1996 / Mar-1999	1987 / 1989	Out-1996 / Mar-1999
10 - 14 anos	80,4	76,6	84,0	81,7	94,9	96,7	95,8	97,6
15 - 17 anos	63,6	59,0	67,9	66,1	87,6	89,1	89,0	91,2
18 - 24 anos	34,8	35,9	39,8	43,8	45,1	56,5	49,3	62,6
25 - 39 anos	31,3	32,7	35,0	38,5	28,9	37,4	32,6	47,6
40 - 59 anos	42,9	36,0	45,2	40,0	32,6	34,9	35,4	48,7
60 ou mais	65,9	54,3	67,6	56,6	54,8	57,7	57,0	71,1
<b>Total</b>	<b>39,6</b>	<b>36,9</b>	<b>43,5</b>	<b>42,7</b>	<b>40,2</b>	<b>44,3</b>	<b>44,1</b>	<b>54,7</b>
Masculino								
10 - 14 anos	73,6	70,6	78,6	77,4	93,4	96,2	94,7	97,2
15 - 17 anos	48,3	47,5	55,3	58,2	83,2	87,7	85,5	90,4
18 - 24 anos	24,3	25,4	30,6	36,4	36,4	52,1	41,7	60,2
25 - 39 anos	22,3	25,2	26,2	32,0	18,9	32,4	23,0	44,5
40 - 59 anos	33,8	30,5	36,6	35,3	21,2	31,6	24,6	48,8
60 ou mais	56,4	47,8	58,2	50,1	43,7	54,9	46,1	70,8
<b>Total</b>	<b>30,3</b>	<b>29,6</b>	<b>35,1</b>	<b>36,9</b>	<b>31,4</b>	<b>40,8</b>	<b>36,2</b>	<b>53,5</b>
Feminino								
10 - 14 anos	95,0	90,3	95,9	92,1	98,1	97,8	98,4	98,6
15 - 17 anos	86,1	74,3	87,3	77,8	94,1	91,1	94,6	92,4
18 - 24 anos	49,2	48,2	52,6	53,0	57,0	61,5	59,9	65,6
25 - 39 anos	43,5	41,5	46,6	46,0	42,3	43,1	45,5	51,3
40 - 59 anos	54,5	42,5	56,3	45,5	47,2	38,6	49,3	48,6
60 ou mais	80,5	64,9	81,7	67,0	71,8	62,3	73,5	71,4
<b>Total</b>	<b>52,3</b>	<b>45,6</b>	<b>55,2</b>	<b>49,8</b>	<b>52,2</b>	<b>48,5</b>	<b>55,0</b>	<b>56,3</b>

Fontes: PED 1987-1989: COINT-SETRAB/SUDENE/DIEESE/SEADE/UFBA/SINE-BA In FAGUNDES, 1992.  
PED 1996-1999: SEI/SETRAS/JFBA/DIEESE/SEADE.

**Tabela 4**  
**Taxas de Informalização e de Ocupação não Registrada por Setor de Atividade Econômica**  
**RMS, 1987 - 89 / Out. 96 - Mar. 99**

Setores de Atividade	(Em %)			
	Taxa de Informalização I		Taxa de Ocupação Não Registrada I	
	1987/1989	Out-1996/Mar-1999	1987/1989	Out-1996/Mar-1999
Ind. Transformação	8,2	13,4	13,6	29,1
Construção Civil	44,4	44,4	43,5	57,1
Comércio	48,9	40,5	45,5	48,9
Serviços	29,6	25,4	33,6	37,3
Serv. Domésticos (1)	-	-	87,0	72,8
Outras Atividades (2)	53,9	76,8	66,5	83,8
<b>Total</b>	<b>39,6</b>	<b>36,9</b>	<b>40,2</b>	<b>44,3</b>

Fontes: PED 1987-1989: COINT-SETRAB/SUDENE/DIEESE/SEADE/UFBA/SINE-BA In FAGUNDES, 1992.

PED 1996-1999: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Conforme metodologia adotada a informalização atinge 100% da ocupação nos Serviços Domésticos.

(2) Embaixadas, Consulados, Representações Oficiais e Políticas e Outras atividades não classificadas.

ma do mercado de trabalho da Grande Salvador, dado que é a partir da precarização das formas de contratação que este mercado ajusta-se às diversas crises enfrentadas pelo país nas décadas de 80 e 90. A Tabela 5 agrupa formas de participação frente aos setores de atividade econômica. Os percentuais dos totais de cada forma de participação (empregador, empregado, conta-própria e familiar sem-remuneração) são crescentes, a não ser pelos trabalhadores familiares sem-remuneração, relação de trabalho mais distante das formas capitalistas, apresentando saldo decrescente e até mesmo não-significativo estatisticamente na amostra de 1996/99. Os empregadores em serviços deixaram de registrar formalmente sua atividade; eles representam, ao que tudo indica, uma maioria de microempresários e pequenos negócios irregulares, distribuídos na região e de difícil fiscalização. São estes pequenos empregadores que dão emprego a mui-

*Os empregadores em serviços representam uma maioria de microempresários e pequenos negócios irregulares, distribuídos na região e de difícil fiscalização.*

tos dos trabalhadores que se declaram sem registro formal.

Os empregados por produção e os trabalhadores autônomos são categorias de inserção tipicamente precárias. Na Tabela 6, caracterizam-se estes grupos de trabalhadores por tipo de demandante e por propriedade dos instrumentos de trabalho. Aqueles que trabalham para apenas uma empresa ou pessoa aproximam-se mais do mercado formal de trabalho por terem um vínculo mais definido de emprego. Em sua maioria, não utilizam instrumentos próprios, mas os que são fornecidos pela empresa ou pessoa a quem estão ligados. Sua participação caiu três pontos percentuais no período. Cresce, principalmente, o percentual daqueles que trabalham para mais de um empresa ou pessoa, enquanto os que trabalham para o público ficam praticamente estáveis.

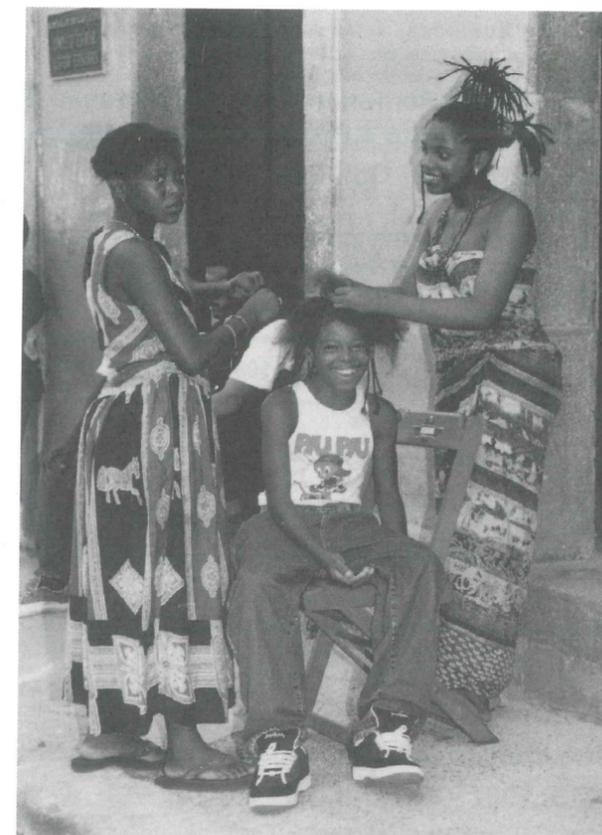
Outra categoria de inserção precária no mercado de trabalho é a dos em-

pregados domésticos. A Tabela 7 indica, no entanto, que houve uma melhoria na qualidade de inserção destes trabalhadores na RMS. Cresceu a participação dos mensalistas (aqueles que recebem remuneração fixa mensalmente) e diminuiu a participação das crianças e jovens de 10 a 17 anos, mais comumente levados ao trabalho doméstico para complementar a renda familiar.

### Conclusão

Este trabalho buscou mostrar, em linhas gerais, um perfil da informalidade, da ocupação não-registrada e das condições de funcionamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador. A diferença de dez anos entre um período e outro possibilita a construção de um estudo de longo prazo, eliminando alterações determinadas por flutuações conjunturais, e possibilitando, dessa forma, a identificação da importância crescente e das principais tendências de transformação da ocupação formal e informal na RMS.

Dado o caráter estrutural da análise, cabe ainda uma avaliação de elementos conjunturais e de levanta-



Manu Dias

**Tabela 5**  
**Taxa de Ocupação não Registrada por Forma de Participação na Produção Segundo o Setor de Atividade Econômica**  
**RMS, 1987 - 89 / Out. 96 - Mar. 99**

Setores de Atividade	(Em %)							
	Empregador		Empregado		Conta Própria		Familiar s/Remuneração	
	1987/1989	Out-1996/Mar-1999	1987/1989	Out-1996/Mar-1999	1987/1989	Out-1996/Mar-1999	1987/1989	Out-1996/Mar-1999
Ind. Transformação	20,0	N.S.(1)	9,1	18,4	72,1	86,6	100,0	N.S.
Construção Civil	23,2	N.S.	16,7	32,4	80,3	92,4	100,0	N.S.
Comércio	17,6	N.S.	19,7	26,7	72,6	83,7	95,7	91,1
Serviços	25,2	35,7	16,1	22,5	77,3	83,3	96,6	95,7
Serv. Domésticos	-	-	87,0	73,8	-	-	-	-
Outras Atividades	26,7	N.S.	51,0	N.S.	87,7	93,4	100,0	N.S.
<b>Total</b>	<b>22,9</b>	<b>35,0</b>	<b>26,1</b>	<b>31,0</b>	<b>76,1</b>	<b>85,0</b>	<b>96,6</b>	<b>94,2</b>

Fonte: PED 1987-1989: COINT-SETRAB/SUDENE/DIEESE/SEADE/UFBA/SINE-BA In FAGUNDES, 1992.

PED 1996-1999: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) N.S.: Não significativo.

**Tabela 6**

**Empregados Remunerados por Produção e Trabalhadores Autônomos por Tipo de Serviço Segundo a Propriedade**  
RMS, 1987 - 89 / Out. 96 - Mar. 99

Tipos de Demandantes	(Em %)					
	Total		Propriedade dos Instrumentos de Trabalho			
	1987/1989	Out-1996/ Mar-1999	Próprios		Terceiros	
Uma empresa ou pessoa	18,5	14,9	21,3	24,4	78,7	75,6
Mais de uma emp. ou pes.	1,4	4,1	61,2	65,0	38,8	35,0
População em geral	80,1	81,0	87,4	89,5	12,6	10,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>74,8</b>	<b>78,8</b>	<b>25,2</b>	<b>21,2</b>

Fonte: PED 1987-1989: COINT-SETRAB/SUDENE/DIEESE/SEADE/UFBA/SINE-BA In FAGUNDES, 1992.

PED 1996-1999: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

**Tabela 7**

**Distribuição dos Empregados Domésticos Segundo a Faixa Etária**  
RMS, 1987 - 89 / Out. 96 - Mar. 99

Faixas Etárias	(Em %)			
	Total		Regime de Contratação Mensalistas	
	1987/1989	Out-1996/Mar-1999	1987/1989	Out-1996/Mar-1999
10 - 14 anos	7,6	2,2	72,2	83,1
15 - 17 anos	16,0	9,0	87,8	93,8
18 - 24 anos	32,5	31,0	90,9	96,2
25 - 39 anos	28,4	37,1	77,6	88,2
40 - 59 anos	13,4	18,8	73,6	79,7
60 ou mais	2,1	1,9	71,0	82,1
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>82,5</b>	<b>89,3</b>

Fonte: PED 1987-1989: COINT-SETRAB/SUDENE/DIEESE/SEADE/UFBA/SINE-BA In FAGUNDES, 1992.

PED 1996-1999: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

mento de possíveis tendências para a região, com o acompanhamento de dados no tempo de forma contínua. Com base na metodologia utilizada, abre-se uma série de possíveis linhas de pesquisa para aprofundar a caracterização do mercado de trabalho da RMS e para tentar-se elaborar propostas de políticas não apenas geradoras de emprego, mas também que visem à melhoria das condições de trabalho vigentes e da qualidade do emprego gerado.

Desde o início dos anos 90, as políticas adotadas para

a estabilização econômica e inserção competitiva do país no mercado mundial agravaram problemas sociais que já existiam e foram relevados como não-prioritários. O estudo empírico dessas mudanças pode ser um meio de alertar a população e o estado para o quadro negativo que se conformou nas duas últimas décadas, resultando em estudos de alternativas viáveis de reversão ou, pelo menos, em amenização desses problemas no mais curto prazo.

Diante do quadro apresentado, as propostas de

medidas de política econômica para o mercado de trabalho informal situam-se, em geral, no âmbito da política social, enquanto que as medidas de política econômica para o setor da economia submersa situam-se em campo oposto, no qual a eficiência alocativa é procurada na medida em que a regulação e a intervenção do Estado são minimizadas. Assim, as propostas dirigem-se para diminuir a carga fiscal, simplificar os níveis de regulação do Estado em suas diversas esferas de poder e diminuir a máquina burocrática e os gastos públicos, tendência principal neste final de século.

A análise dos dados para o mercado de trabalho regional evidencia limites para a adoção das políticas até então dominantes devido às características de extrema flexibilidade e precariedade já vigentes no mercado de trabalho da RMS. Novas propostas e alternativas devem ser construídas à luz de uma situação complexa, levando em consideração um número muito maior de fatores, para chegar aos resultados desejados.

**Notas**

- 1 Compararam-se os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMS no período de 1987-1989 (FAGUNDES, 1991) com os de outubro de 1996 a março de 1999.
- 2 Para maiores informações sobre a metodologia desta pesquisa ver FAGUNDES, 1991 e SEADE/DIEESE, 1991.
- 3 PED, 1996-1999. Inclui Serviços de Produção, Serviços Pessoais e Serviços Domésticos.
- 4 De acordo com conceito do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE.
- 5 Como o definido em Fagundes, 1991 - a) Taxa de Informalização I: é a relação entre os trabalhadores informais (ver conceito de trabalho

\*Thaiz Silveira Braga é economista e técnica do DIEESE na Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED/RMS.

\*\*Cláudia Monteiro Fernandes é economista e mestranda na Universidade Federal da Bahia.

informal na primeira seção deste estudo - item a) e o total de ocupados; b) Taxa de Informalização II: é uma ampliação do conceito de Trabalho Informal e compõe-se das categorias do item a mais os desempregados ocultos por trabalho precário e os inativos com trabalho excepcional, relacionados com o total de ocupados mais desempregados ocultos por trabalho precário e os inativos com trabalho excepcional; c) Taxa de Ocupação Não-Registrada I: é a relação entre a ocupação não-registrada e o total de ocupados; d) Taxa de Ocupação Não-Registrada II: é uma ampliação do conceito de Ocupação não Registrada e compõe-se das categorias do item c da seção primeira deste estudo, mais os empregados ocultos por trabalho precário e os inativos com trabalho excepcional, relacionados com o total de ocupados mais desempregados ocultos por trabalho precário e os inativos com trabalho excepcional.

6 Trabalha-se, daqui por diante, com a Taxa de Informalização I.

**Referências Bibliográficas**

BRAGA, Thaiz Silveira. O emprego na Região Metropolitana de Salvador: transformações conjunturais e estruturais. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador: SINE/SETRAS, v. 13, n.2/3, p. 2-12, maio/dez. 1995.

CACCIAMALI, M.C. *Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: IPE/USP/MT, nov.1989.

FAGUNDES, Maria Emília Marques. Referências teóricas sobre a informalidade: uma revisão de literatura. *Força de Trabalho e Emprego*, v.8, n.1/2, p.15-18. Salvador: CIT/CRT, 1991.

\_\_\_\_\_. *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: um estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1992.

\_\_\_\_\_. O Setor Informal na Região Metropolitana de Salvador. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v. 10 n.1, p. 34-42, jan./abr. 1993.

SEADE/DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego: Manual de Crítica*. 2ª. versão. São Paulo, set.1991.

SEADE/SUDENE/DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador, 1987-1989.

SEI/SETRAS/UFBA-FCE/DIEESE/SEADE. *Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador, 1996-1999.